



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

21 de Agosto 2015



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 21/08/2015

Assunto: PEE

Página: 27

## Notícias do Dia



- **Audiência:** Concorrida a audiência pública em Criciúma para tratar do Plano Estadual de Educação. O deputado Cleiton Salvaro, que participou dos debates, considerou que o plano é um avanço na política pública para a educação, mas deixou claro que não resolve todos os problemas. “É necessário avançar na qualidade do ensino, na educação básica, rediscutindo dinâmicas de sala de aula e valorizando o professor”, ponderou o parlamentar.



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> ONU		<b>Página:</b> Online



### **"Maior aula do mundo" vai ensinar às crianças metas globais da ONU**

Em setembro, na sede da ONU (Organização das Nações Unidas), em Nova York, 193 líderes mundiais vão adotar uma série de metas que deverão ser cumpridas até 2030, como questões que envolvem acabar com a extrema pobreza, combater as desigualdades sociais e investir na educação. Uma campanha colaborativa, o Project Everyone, pretende ensinar as metas a crianças e jovens.

A ideia, batizada de "A Maior Aula do Mundo", consiste na criação de um plano de aulas universal que contemple quais são as metas, seus significados, sua importância e os caminhos que podemos seguir para torná-las realidade. Dessa maneira, professores do mundo todo saberão como abordar o tema em sala de aula, com seus alunos.

A partir do dia 1 de setembro, o planejamento, que contempla um total de 15 aulas, estará disponível totalmente em português no [siteglobalgoals.org/worldlargestlesson](http://siteglobalgoals.org/worldlargestlesson). Além disso, haverá ainda um guia para direcionar os professores, o guia "O Mundo que Queremos", para crianças e adolescentes, uma história em quadrinhos baseada nas metas globais e um curta de animação, dublado por nomes como os jogadores Neymar e Daniel Alves.

A Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) atua como apoiadora global do projeto. No Brasil, a "Maior Aula do Mundo" ainda conta com outras parcerias: Encyclopedias Britannica, Centro Ruth Cardoso, Fundação Lemann, Instituto Alana, Instituto Ayrton Senna e Prefeitura de São Paulo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Sistema Nacional de Educação		<b>Página:</b> Online



### **"O SNE deve potencializar as ações da União, Estados e municípios, na busca por maior eficácia dos resultados educacionais", definiu Jorge Carvalho**

O secretário de Educação de Sergipe, Jorge Carvalho, representou o Consed na audiência pública que debateu as normas de cooperação e a responsabilidade na gestão pública da educação brasileira, por me

O secretário de Estado da Educação de Sergipe, Jorge Carvalho participou, representando o Consed, da audiência pública que debateu as normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à responsabilidade na gestão pública da educação brasileira.

A Comissão de Educação, da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública nesta terça 18/08, para debater "As normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com relação à responsabilidade na gestão pública da educação brasileira, previstas no PLP 15/2011 e no PLP 413/2014".

Jorge Carvalho, que representou o Consed, afirmou que o Sistema Nacional de Educação - SNE não permitirá, enquanto espaço de debate e deliberações, "decisões centralizadas, pois o que prevalece é a forma cooperativa".

Segundo o secretário Jorge, o "que queremos com SNE é a potencialização das ações da União, Estados e Municípios, em um processo articulado e colaborativo na busca por maior eficácia dos resultados educacionais", definiu.

Sobre a instância que articulará o sistema o secretário apontou que não deverá implicar como um espaço que se imponham sobre os sistemas de ensino, para além daquelas já hoje existentes. E também não promova qualquer redução ou limitação da autonomia administrativa, financeira e pedagógica, dentro das normas legais vigentes dos sistemas. E, principalmente, não estabeleça medidas que impliquem restrição no atendimento ao



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

direito à educação, como a suspensão de transferências.

O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC, Binho Marques, disse que para o MEC apenas a regulamentação do artigo 23, da Constituição Federal não abarca toda a complexidade que permeia o Sistema Nacional de Educação. Para Binho, por termos uma federação de caráter cooperativo, precisamos aprofundar a vinculação legal por uma educação nacional seja através de "uma definição do padrão de qualidade; a responsabilização com parâmetros claros de desempenho e uma maior vinculação do financiamento e a qualidade da educação brasileira".

Para Binho é preciso buscar o consenso para uma "descentralização organizada e mais coordenada entre os entes por meio de espaço de pactuação", citando por exemplo instâncias tripartites de caráter nacional e também nos estados.

O secretário de articulação dos sistemas destacou que "é um momento importante pra educação brasileira para darmos passos concretos em busca de soluções pactuadas". Por fim, ele disse que o PNE é o articulador do Sistema Nacional e apresenta muitos elementos estruturantes como CAQi, CAQ, Base Nacional Comum, Controle Social e Padrões de Qualidade.

Virgínia Maria de Melo, dirigente Municipal de Educação de Anópolis - GO e representante da Undime, disse que para a entidade a principal pauta é o regime de colaboração. "É preciso resolver os impasses existentes, pois é no município que as coisas acontecem. É lá que se encontram os problemas".

O coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, contextualizou as quatro proposta existente que tratam o SNE e destacou que o Sistema Nacional de Educação é uma prioridade "muito mais central que o próprio PNE, pois ele estrutura a execução do atual Plano Nacional e dos próximos planos".

Ele também elencou alguns elementos estruturantes do SNE e do PNE como a definição do Sistema de Avaliação da Educação Básica; a Política de Formação de Professores; a Lei de Responsabilidade Educacional; A pactuação financeira entre União, Estados e Municípios, destacando o debate sobre novo Fundeb, CAQi e CAQ.

O especialista em políticas públicas educacionais, Carlos Roberto Jamil Cury, também participou do debate e destacou que a instância permanente de colaboração que deverá ser criada como determina o PNE é a grande novidade da educação brasileira por apresenta a oportunidade de um verdadeiro pacto federativo. "Uma novidade estratégica e histórica para o Brasil", apontou.

O autor do requerimento para a realização do debate, deputado Glauber Braga (PSB-RJ), afirmou que as duas propostas são muito complexas e trarão grande impacto no sistema educacional, se aprovadas, e por isso precisam ser bem debatidas. "São proposições com elevado grau de dificuldade, extraordinário impacto potencial sobre a organização federativa da educação brasileira e reflexos significativos sobre a autonomia administrativa dos entes federados", disse Braga.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Requerida pelos deputados Glauber Braga e o deputado Raimundo Angelim, a audiência contou também com a participação de representantes Conselho Nacional de Educação - CNE; da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd e outras entidades ligadas à educação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Financiamento		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **MEC libera R\$ 30 milhões ao Senai para financiar bolsas do Pronatec**

*Repasso foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta (21).*

*Quantia será disponibilizada para oferta de vagas do Pronatec.*

O Ministério da Educação (MEC) anunciou a liberação de R\$ 30 milhões ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para o financiamento de bolsas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O repasse foi publicado em uma portaria do Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (21).

O Senai é um dos principais parceiros do governo federal na oferta de vagas do Pronatec em cursos de educação profissional técnica de nível médio e em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Jovem Senador		<b>Página:</b> Online



# Projeto Jovem Senador encerra inscrições hoje

O senador Hélio José (PSD-DF) convidou os estudantes de todo país a participarem do Projeto Jovem Senador, que está com inscrições abertas até esta sexta-feira (21). O projeto seleciona estudantes do ensino médio de escolas públicas, por meio de suas redações, para vivenciarem por uma semana a experiência de propor, discutir e elaborar leis.

Hélio José explicou que o projeto, que está em sua oitava edição, faz uma importante ponte entre a política e a juventude, despertando os jovens para a conscientização e participação política. Este ano, inclusive, o tema é participação política no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais.

O senador lembrou que dois projetos sugeridos por jovens senadores já foram aprovados no Senado e tramitam agora na Câmara dos Deputados. São eles o PLS 467/2012, que determina que estudantes de escolas públicas com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial, e o PLS 185/2012, que exige comprovação da qualificação dos professores do ensino básico.

Hélio José citou ainda a PEC 49/2013, que trata da valorização do magistério e da qualificação dos professores de educação básica, que também teve origem em sugestões de estudantes do projeto. O senador acrescentou que tramitam hoje no Senado 30 projetos de leis sugeridos por jovens senadores.

– Portanto, jovens estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e distritais de todo o Brasil, façam suas redações, participem do oitavo concurso de redação do Senado Federal, e concorram à colossal oportunidade de serem jovens senadores. Eu lhes asseguro, vale a pena para vocês e para o país - disse senador.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Áudio Books		<b>Página:</b> Online



# Aprovado acordo para ampliar acesso a livros

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (20) o texto do Tratado de Marraqueche, assinado pelo Brasil em 2013. A proposta (PDC 57/15) foi aprovada em primeiro turno com 341 votos favoráveis e apenas um contrário. O acordo busca retirar qualquer barreira à distribuição de obras impressas em formatos acessíveis: braile, Daisy (Digital Accessible Information System - sistema de informação digital acessível) ou áudio book.

A intenção é beneficiar deficientes visuais e outras pessoas com dificuldade de leitura, a exemplo dos disléxicos.

Por se tratar de tratado sobre Direitos Humanos, o acordo será equiparado à Emenda à Constituição. Assim, o texto foi aprovado em primeiro turno e ainda precisa de uma nova votação em Plenário.

### Impedir limitações

O texto é baseado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Os países signatários do Tratado de Marraqueche se comprometem a alterar a legislação nacional para impedir limitações à reprodução e distribuição de obras em formatos acessíveis.

Atualmente, as publicações em formato áudio e braile esbarram muitas vezes em impedimentos previstos em leis de propriedade intelectual, como a obrigatoriedade de autorização do autor e pagamento de direitos autorais.

O acordo internacional também amplia o grupo de beneficiários da medida para além dos deficientes visuais. Pessoas com outros tipos de deficiência que impliquem dificuldades na leitura de materiais impressos, tais como os disléxicos, também serão incluídos.

O relator do parecer aprovado em Plenário, deputado Leo de Brito (PT-AC), disse que a lei brasileira está defasada. "A incorporação do Tratado de Marraqueche na legislação brasileira constitui-se em um passo importante na tentativa de mudar essa situação", disse. Ele afirmou que as barreiras legais e econômicas aos formatos acessíveis são injustas com os portadores de deficiência, que dependem do acesso a essas obras para o desenvolvimento intelectual e profissional.

A deputada Soraya Santos (PMDB-RJ) comemorou a aprovação da proposta. Ela foi relatora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. "O Tratado de Marraqueche dá um passo de vanguarda neste País", disse.

Outra mudança do tratado busca facilitar o intercâmbio e importação de cópias. Dessa forma, a cópia acessível realizada em um País signatário poderá ser distribuída em outro país que aderiu ao acordo internacional sem as atuais barreiras de propriedade intelectual. Além disso, os países se



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

comprometem em promover o intercâmbio de exemplares em formato acessível, incentivando o compartilhamento voluntário de informações. A importação também é facilitada.

De acordo com o Ministério da Cultura, mais de 300 milhões de pessoas com deficiência visual serão beneficiadas com o tratado.

A proposta aprovada torna obrigatório o aval do Congresso a quaisquer atos que possam resultar em revisão do tratado ou quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Responsabilidade educacional		<b>Página:</b> Online



# Judiciário e universidades defendem caráter pedagógico para Responsabilidade Educacional

Representantes do Poder Judiciário e de universidades defenderam na quarta-feira (19) na Câmara um caráter pedagógico para a Lei de Responsabilidade Educacional. Eles estiveram em audiência pública realizada pela comissão especial que analisa a proposta (Projeto de Lei 7420/06) na Câmara.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Sérgio Luiz Kukina afirmou que os tribunais superiores são contrários a sanções que envolvam suspensão de repasses das verbas para educação. "Para o gestor que se imponha a ele, todas as penalidades possíveis no plano da lei de improbidade, da lei que trata das infrações político-administrativas, crimes de responsabilidade, seja o que for. Mas, não se deve cortar as transferências para uma área tão sensível quanto a da educação."

A coordenadora do grupo de trabalho de educação do Ministério Público, Maria Cristina Cordeiro, afirmou que a lei em discussão deve ter atribuições objetivas, porque considera que a falta de clareza sobre a responsabilidade dos agentes envolvidos em educação dificulta o trabalho do ministério público. "Não existe uma lei específica cobrando e prevendo a responsabilização dos gestores pelos atos infracionais relacionados à educação, o que dificulta o nosso trabalho na questão judicial também."

### Problemas estruturais

O relator da comissão especial, deputado Bacelar (PTN-BA) afirmou que a cada reunião fica mais clara a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Educacional para garantir qualidade nas escolas brasileiras que estão, segundo censo escolar divulgado nesta semana, com graves problemas estruturais. "Qual a situação da rede física das escolas públicas brasileiras? Mais de 50% não têm rede de esgoto, um terço não tem água, outros tantos não têm energia elétrica. E de quem é a responsabilidade? Nós precisamos sim ter uma lei que não tenha só um caráter punitivo, que tenha também um caráter pedagógico. Chega de tercelrizar responsabilidades na área da educação."

O professor da Universidade Católica de Brasília Célio da Cunha também destacou que a lei tem de ter um caráter pedagógico com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino brasileiro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Alimentação		<b>Página:</b> Online



# Comissão do Senado aprova merenda escolar em dobro nas cidades mais pobres do país

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quarta-feira (19) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 217/2015, do senador Roberto Rocha (PSB-MA), que determina que, nas escolas situadas nos municípios onde há extrema pobreza, deverá ser destinado o dobro em valores per capita de merenda escolar em relação às demais cidades, para cada etapa e modalidade de ensino.

O relatório aprovado foi elaborado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) e deixa claro que os municípios em extrema pobreza são aqueles nos quais 30% ou mais das famílias nele residentes façam parte do cadastro dos programas Brasil sem Miséria ou Bolsa Família. O senador Roberto Rocha comemorou a aprovação da proposta, que agora será analisada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

- Nesses lugares, quando chega a época das férias escolares, infelizmente é comum vermos crianças chorando de fome. A merenda escolar é a principal refeição que eles fazem, são os filhos da fome - lamenta.

A mesma observação foi feita por Capiberibe, que considera a proposição um passo a mais no combate à fome no país.

- Temos que encarar os fatos de frente, em muitas áreas rurais a principal motivação das crianças pra ir à escola ainda é a merenda - disse. O senador ainda defende a proposta por seu viés de combate às desigualdades regionais.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 21/08/2015
<b>Assunto:</b> Currículo	<b>Página:</b> Online	



### MAIS MATÉRIAS NO CURRÍCULO

**Ensino de artes cênicas, artes visuais e música podem se tornar obrigatórios na Educação Básica**

**Fonte: Correio Braziliense (DF)**

Música, artes cênicas e artes plásticas podem se tornar componentes curriculares obrigatórios na Educação básica brasileira. O Projeto de Lei nº 7.032, de 2010, que determina o Ensino dessas áreas dentro da disciplina de artes, foi aprovado este mês pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Como a aprovação foi em caráter terminativo, o texto não precisou ir a plenário, mas voltou ao Senado para nova votação.

Especialistas defendem que a inclusão desses componentes no currículo não é um problema e pode ser até benéfica para a formação dos Alunos, no entanto, temem que as Escolas não tenham profissionais nem tempo suficiente na grade curricular para cumprir a exigência. O projeto de lei aprovado modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que define o Ensino da arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação básica, mas sem definir quais conteúdos devem ser ministrados. Em 2008, já havia sido aprovada uma norma — Lei nº 11.769 — que tornou obrigatório o Ensino de música nas Escolas públicas e particulares, que tiveram três anos para se adaptar.

“Temos defendido que o Ensino de música, das artes plásticas e cênicas e da dança seja levado a todos os estudantes da rede pública por Professores devidamente habilitados e concursados, mas, infelizmente, não é isso que tem acontecido”, afirma o diretor do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) Cláudio Antunes.

Segundo ele, as Escolas Parque do Plano Piloto e a de Ceilândia conseguem atender estudantes nessas disciplinas, mas as outras, em sua maioria, não contam com Professores concursados. Nessas instituições, as aulas têm sido ministradas por monitores. “A nossa defesa é que haja o atendimento nessas áreas por Professores concursados, que, hoje, nós não temos. Haveria a necessidade de realizar concurso e contratar Docentes”, diz.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### Prejuízo

O secretário de Educação do Distrito Federal, Júlio Gregório, afirma que faltam profissionais no mercado para atender à demanda e que a rede pública, apesar de dispor de Professores de artes em todas as Escolas, não abarca todas as linguagens definidas no projeto de lei. Na opinião dele, a aprovação de propostas como esta, de maneira isolada, representa um problema para a Educação brasileira. “Essas emendas à LDB fora do bojo da grande discussão sobre a reformulação do Ensino médio são extremamente prejudiciais”, contesta. “A oferta de artes cênicas, visuais e de música é muito bem-vinda. O que não é bem-vindo é você tornar isso obrigatório para todos os Alunos”, completa.

Luis Claudio Megiorin, presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do DF (Aspa-DF), concorda que o Ensino de artes contribui para a formação dos estudantes, mas acredita que é importante manter o foco nas principais disciplinas, principalmente no Ensino médio. “Eu vejo isso tudo como interessante numa perspectiva de Ensino integral. Se não for assim, nós vamos roubar tempo de outras matérias em que, hoje, o sistema exige a proficiência dos Alunos”, avalia. “Temos que ter muito cuidado com esses enxertos que vão sendo colocados no currículo do Ensino médio”, completa.

### Reforma do ensino médio em debate

A proposta sobre o Ensino de artes que tramita no Congresso é apenas um dos projetos que sugerem mudanças na LDB. São dezenas só na Câmara dos Deputados. Educação cívica, empreendedora e de trânsito estão entre os temas que os congressistas consideram que devem se tornar obrigatórios nas Escolas brasileiras. Um dos mais debatidos hoje é o Projeto de Lei nº 6.840, de 2013, que trata da reforma do Ensino médio. O texto propõe o aumento progressivo da carga horária desta etapa do Ensino de 800 para 1.400 horas.

O conteúdo ministrado nas 800 horas seguiria o proposto pela Base Curricular Nacional Comum (leia Para saber mais) e o estudante poderia escolher entre quatro opções formativas — linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas — a que preferiria estudar nas demais horas, conforme explica o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente da Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino médio, responsável pela elaboração do PL. Segundo o deputado, o projeto coloca o Aluno como protagonista ao permitir que ele decida em que área do conhecimento vai se especializar.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“Essa é uma alternativa, desde que não seja fracionada num imenso número de componentes curriculares”, avalia o secretário de Educação do DF, Júlio Gregório. Sobre o aumento da carga horária, ele destaca que as redes de Ensino precisam de um prazo para se adaptar. “O próprio PNE já prevê essa ampliação, mas os sistemas de Ensino deverão ter um tempo para se adequar em termos de instalação física, corpo Docente a até de proposta pedagógica para que isso produza os efeitos desejados.”

O PL define ainda a obrigatoriedade do Exame Nacional do Ensino médio (Enem) para todos os concluintes dessa etapa do Ensino. “O Enem se tornaria um forte instrumento de avaliação censitário, e não amostral, como é a Prova Brasil”, defende Lopes. Para ele, a falta de uma base comum, da qual depende o sucesso do texto proposto, faz com que se proliferem leis que interferem no currículo obrigatório do Ensino médio. “Hoje, o Ensino médio é conteudista e fragmentado. É por isso que cada deputado apresenta uma matéria de conteúdo que ele acha que deve ser ensinado”, critica. Lopes acredita que o texto, que está pronto para entrar na pauta do plenário, deva ser votada ainda este ano.

### Investimento

Cláudio Antunes, do Sinpro-DF, teme que o projeto seja apenas mais uma iniciativa sem sucesso, caso não haja investimento na Educação do país. “Não tem livro de literatura, não tem dinheiro para a Escola desenvolver projetos em todas as áreas do Ensino. Sem recursos, não adianta fazer reformas no papel. Eu tenho a impressão de que o congresso entende isso como modismo”, afirma. “Os currículos têm sido reformados a cada ciclo de cinco anos, muitas vezes para resolver as precariedades de estrutura, quando deveria ser o contrário”, completa.

Na opinião de Luis Claudio Megiorin, presidente da Aspa-DF, as Escolas de Ensino médio têm se tornado meros preparatórios para o vestibular. Ele acredita que é preciso envolver pais, universidades e o mercado na discussão de quais conteúdos devem ser ensinados nas Escolas. “A reformulação que estão pretendendo ainda vai ficar muito aquém do que é necessário para se dar uma boa formação a esses adolescentes”, diz. Megiorin também é contra a obrigatoriedade do exame nacional. “O Enem ainda está em fase de consolidação e acredito que um dia esse processo vai ser natural.”